



Boto, C. (2017). *A liturgia escolar na Idade Moderna*. Campinas: Papirus.

Pp. 319

ISBN: 978-8544902424

Resenhado por Evaldo Luis Pauly
Universidade La Salle - Canoas/RS
Brasil

Carlota Boto leciona Filosofia da Educação na Universidade de São Paulo (USP) e concentra sua pesquisa no surgimento da escola moderna nos séculos XVII e XVIII. Esse livro sustenta a tese de que a liturgia da escola dos séculos XVI e XVII viabilizou o projeto político-pedagógico republicano dos séculos XVIII e XIX. A pedagogia moderna propunha-se a desenvolver métodos de ensino para que toda e qualquer criança aprendesse a ler, escrever, fazer contas e a bem viver socialmente. A obra analisa a gênese da escola moderna que universalizou a educação elementar. Desde essa perspectiva histórica, Boto oferece uma instigante contribuição para a pesquisa em política educacional no Brasil avaliar como e porque o projeto político-pedagógico republicano ainda não se efetivou em nosso país.

A liturgia escolar dos séculos XVI e XVII, dialeticamente, está entre as múltiplas causas para a transição paradigmática da Europa aristocrática sob o regime da cristandade à Europa democrática sob o regime laico do estado de direito. A leitura proposta por Boto permite inferir que a escola pública laica



mantida pelo estado, resultou da revolução paradigmática das escolas religiosas. Assim, desafia o leitor a identificar e mensurar a eficácia da escola pública, universal e laica em contraposição dialética à liturgia da massificação das escolas cristãs.

Boto levanta questões históricas pouco exploradas pela pedagogia brasileira, tais como, a inovação tecnológica da tipografia e popularização de livros e impressos; a influência mútua e contraditória entre as pedagogias da Reforma e a da Contrarreforma; a distinção entre colégio jesuítico e escola primária lassalista; oposições, resistências e acordos tácitos entre a liturgia escolar e hábitos de comunidades e famílias; o conflito entre oralidade da cultura popular e cultura letrada das elites. As diferentes delimitações temporais da infância sintetizam essas contradições e permanecem na escola contemporânea. No Medievo, a infância termina aos sete anos quando a criança aprende a falar e deixa de ser não falante - “*in fans*” – e consegue dominar a cultura oral. Na Idade Moderna, a infância se amplia para 18 anos, “idade em que se costuma sair da escola” (p. 67) pela conclusão do “severo processo de ocidentalização de condutas e padronização social de códigos de comportamento” (p. 68) que caracterizam a cultura letrada.

A seguir, destacam-se alguns problemas do século XVI e XVII que ajudam a enfrentar dilemas que a escola brasileira atual ainda enfrenta.

Contradições entre cultura, cidadania e escola

A liturgia da escola moderna superará a contradição entre a cultura letrada das elites e a cultura oral popular, através da tensa separação entre vida pública no burgo e vida privada no núcleo familiar. A escola se torna uma organização cada vez mais estatal até surgir “como a instância intermediária entre a família e a sociabilidade, entre o domínio privado e a esfera pública e coletiva” (p. 70). Nessa intermediação, a escola passa

lentamente a estatizar-se como “lugar instituinte da cidadania” (p. 73). Diante desta óbvia conclusão, não parece adequado considerar que esta dimensão instituinte da escola se reduza à função instituída de formar para o exercício da cidadania. O exercício mínimo de cidadania é votar e, conseqüentemente, ser votado, funções instituídas por partidos políticos e não pela escola. Contextualizar essa reflexão para o Brasil, ajuda a superar o senso comum de professores que atribuem o fraco desempenho da escola pública ao baixo investimento de governantes de direita para manter o eleitorado na ignorância, daí justificam slogans como “educação conscientizadora”, “formar cidadãos críticos”, etc. Do mesmo modo, pode-se criticar o senso comum de outros docentes que atribuem o fraco desempenho da escola pública a governantes de esquerda que partidariam a escola para manter o eleitorado na ignorância, razão pela qual assumem slogans como “Escola Sem Partido”, “Chega de Paulo Freire”. A escola moderna é mais que mera formadora, é gestante – instituinte – do espírito republicano. É o que diz o preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948: “os povos das Nações Unidas” confessam sua “fé [...] na dignidade e no valor da pessoa humana”, comprometem-se a manter essa fé “constantemente no espírito” e a desenvolver “pelo ensino e pela educação, [...] o respeito desses direitos e liberdades”.

Distinções entre racionalidade e civilidade: os bons modos

É intensa a crítica das ciências humanas contra o racionalismo. Conforme Boto, é possível identificar na escola dos séculos XVI e XVII, a distinção entre racionalidade e civilidade. Os tratados de civilidade racionalizam a vida social através do ensino escolar de comportamento individual padronizado capaz de reprimir instintos e paixões inadequadas ao bom convívio social. Erasmo escreve o livro “A civilidade pueril” para crianças de 7 a 12 anos, para ensinar-lhes

que o comportamento nobre pode ser aprendido (p. 84), não é herança de sangue, contrariando a ordem aristocrática. Erasmo afirma que a nobreza não é um estado, mas um constructo; não é natural, é cultural; não é familiar, é social. Para Erasmo, em oposição a Lutero, pelo livre arbítrio a alma da criança é boa, portanto, capaz de aprender a bem comportar-se. Para Lutero, desde a perspectiva do Servo Arbítrio, a alma infantil é má, portanto, carece de ensino para bem comportar-se. Tais perspectivas cristãs contraditórias justificam a necessidade do ensino escolar cujo aprendizado gera a nobreza da boa conduta. A noção de universal vai se consolidando porque a cortesia antes distintiva da nobreza torna-se, agora, pela liturgia escolar, característica geral da cidadania. A nobreza não vem mais do sangue familiar, mas do ensino do “código apresentado como universalmente válido, independentemente do lugar de nascimento” (p. 91).

A universalização dos bons modos pela escola promove a “racionalização da vida coletiva” (p. 96) um desejo dos humanistas do século XVI que a massificação do ensino escolar realiza. Os humanistas, no entanto, são majoritariamente críticos à massificação do ensino escolar. Boto reafirma que a “maior parte dos autores humanistas acreditava que o ensino coletivo na escola corromperia os costumes” (p. 129). Essa crença aparece ainda no século XVIII em Rousseau que defende a educação aristocrática do preceptor contratado pela família nobre e rica. A crítica humanista à massificação do ensino escolar parece retornar no Brasil atual com a noção do senso comum de que o aumento da violência escolar se deve ao fato de as famílias não mais educarem suas crianças. Essa noção não parece um resquício anacrônico da educação aristocrática?

A díade ensino-aprendizado

Entre a minoria de humanistas defensores da massificação, estava Juan Luis Vives (1492-1540). Vives sistematiza os modos pelos quais

as pessoas aprendem para, assim, desenvolver métodos de ensino (p. 131). O objetivo da escola para Vives é “fazer o aluno aprender” (p. 152). “Vives sugere que os professores recebam salário das expensas públicas” (p. 137, p. 140) porque é preciso manter profissionais com a necessária virtude pessoal para o exercício da docência. O papel da escola na transição do século XVI ao XVII era desenvolver “uma cultura, a um só tempo, de distinção e nivelamento” porque a escola além de ensinar a ler e a escrever, “deverá ensinar as regras de comportamento e de polidez” para todos, sem considerar a origem familiar (p. 154).

Com Wolfgang Ratke (1547-1635), a análise de Boto ingressa no século XVII. A preocupação da escola é que o professor saiba ensinar a ler e a escrever. O docente deve aprender a evitar duas falhas: “a primeira é a de não conseguir ensinar de maneira a que os alunos aprendam; e a segunda é a de bater nas crianças” (p. 169-170). A escola proposta por Ratke fundamenta-se na doutrina da salvação cristã, mas deveria ser mantida pelo Estado para ensinar a todas as crianças a clássica tríade de ler, escrever e fazer contas. A didática parte do simples ao complexo, do mais fácil ao mais difícil. As escolas vão se organizando por classes conforme o nível do aprendizado dos alunos e, por sua vez, as classes são programadas por lições que desenvolvem determinados conteúdos com previsão da carga horária necessária. Ratke recomenda aos docentes avançar nas lições apenas quando a lição anterior for corretamente aprendida.

Outro clássico do século XVII é João Amós Comenius (1592–1670) bispo dos Irmãos Morávios, uma igreja que aderiu à Reforma Luterana pois existia desde o século XV baseada na teologia considerada herética de João Huss (1369-1415). Huss pregava na língua checa e defendia o sacerdócio universal das pessoas batizadas e não apenas do clero ordenado. Comenius, segundo Boto, era obcecado “pela ideia da *pansofia* – ou de uma sabedoria universal a ser irradiada pelo efeito

da escola” (p. 180). Seu projeto político-pedagógico apresenta-se no título de sua obra principal: “Didática Magna: Arte universal de ensinar tudo a todos” com a qual “preparou o caminho para o advento da escola democrática: a escola para todos” (p. 181). A obsessão de Comenius se materializou na reforma da escola para que ela, pelo método científico, realizasse o “sonho de uma paz mundial” pelo “uso da razão” (p. 186, p. 190) moldando o espírito humano aos desígnios divinos de bondade e justiça. A escola proposta por Comenius é seriada através de seis livros didáticos, um para cada série destinada às crianças dos 6 aos 12 anos (p. 198). A “escola moderna desenhada por Comenius acentuava seu papel de racionalização, planificação, controle e sistematicidade do conhecimento registrado e veiculado” (p. 202).

Educação nas teologias cristãs

Pedagogias católicas. O *Ratio Studiorum* regulamenta os colégios jesuíticos. Após décadas de experiência pedagógica nos colégios, os Jesuítas sistematizam as melhores experiências de ensino e aprendizagem para publicar o seu modelo escolar com regras e prescrições para que, conhecendo-as, dirigentes, docentes e discentes exercessem sua “função e seus deveres” (p. 233). A Ordem publica o *Ratio* em 1599, sendo revisto e modificado em 1832 (p. 231). O Colégio jesuíta ministra aulas em latim e adapta o modelo pedagógico da Universidade de Paris (p. 214). O professor apresenta a lição, os alunos anotam e segue-se uma prova escrita a ser avaliada pelo docente. O objetivo do aluno do Colégio é demonstrar capacidade de reproduzir a lição. Os melhores trabalhos discentes eram premiados. O Colégio ofertava as disciplinas básicas “latim, leitura, escrita, grego e catecismo” (p. 214), gramática e retórica. O ensino do Colégio terminava com o estudo de filosofia, em especial, a aristotélica.

Pela rápida expansão dos Colégios pode-se inferir que os jesuítas “ensinavam bem” utilizando uma metodologia que ainda permanece na escola atual: o “exercício era, em si, a principal estratégia do rito de escolarização colegial” (p. 225). Um aspecto progressista dos Jesuítas era a gratuidade de suas escolas (p. 225), por outro lado, foram conservadores ao recuperarem o latim como “um dispositivo de controle” (p. 227). As regras do colégio criam uma cultura nova, distinta e separada da comunitária e da familiar. Essa distinção “é tão antiga quanto a própria gênese da escolarização em sua versão moderna” (p. 246). A escola moderna “afasta a meninice do seu universo familiar e comunitário” (p. 281).

A autora analisa uma obra pedagógica católica menos conhecida, o *Guia das Escolas Cristãs*, que regulamentava as Escolas Cristãs dedicadas ao ensino elementar e mantidas pelos irmãos lassalistas. As normas do *Guia* foram experimentadas, sistematizadas, redigidas e revistas desde 1704, e impressas em 1720. Foi readaptada, reescrita e reeditada até sua última versão em 1916, quando os Irmãos decidiram não mantê-la obrigatória nas escolas do Instituto dos Irmãos das Escolas Cristãs. Através da educação elementar gratuita ofertada aos filhos dos artesãos e dos pobres urbanos da França, La Salle e os irmãos professores ensinam a “ler, escrever, contar, o Catecismo e boas maneiras” (p. 251), valerem-se da experiência jesuítica mas, diversamente dos colégios, a Escola Cristã ensina em francês para atender demandas práticas de profissionalização (p. 253). Para tanto, La Salle sistematizou “o cotidiano escolar, organizando tempo e espaço dos alunos” (p. 252). La Salle cria a primeira organização religiosa católica formada por leigos (não sacerdotes) de vida religiosa consagrada. Eles se tornam professores por motivos religiosos e se especializam na alfabetização em francês, no ensino de rudimentos das ciências, da aritmética, do desenho, da profissionalização inicial e da catequese. Os exercícios propostos

aos discentes eram práticos: registros contábeis do comércio, redação de documentos oficiais da administração pública, “firmar contratos, conferir procurações, fazer quitações” (p. 264). Os Irmãos inventam o quadro-negro, até hoje o símbolo da escola elementar (p. 253), essa inovação tecnológica viabilizou o método simultâneo de ensino (p. 254). Outra invenção de La Salle foi o Seminário dos Mestres, a primeira escola normal da Europa a oferecer “preparo específico para ser professor” primário (p. 278).

A gratuidade da Escola Cristã gerou conflitos. Ao ensinarem a escrita de documentos públicos, opuseram-se deliberadamente aos mestres calígrafos, corporação de ofício detentora do monopólio estatal para a venda deste ensino técnico. Ocorreram diversas depredações de Escolas Cristãs, La Salle respondeu a processos judiciais e eclesiais.

Pedagogias protestantes. Boto diferencia as características das universidades vinculadas às diferentes tradições protestantes (p. 45, p. 71). Analisa a divergência entre Lutero que nega e Calvino que afirma a predestinação (p. 103, p. 115). Sua análise contextualiza a interpretação weberiana sobre a relação entre o espírito capitalista e a ética calvinista. Calvino assume a gestão da cidade de Genebra e organiza um sistema educacional protestante de caráter público (p. 116). A autora relativiza uma afirmação do senso comum da pedagogia segundo a qual, Lutero defende a alfabetização universal para que todos tenham acesso direto à Bíblia. Para Lutero, em oposição aos fundamentalistas, a Bíblia requer uma leitura crítica, ou seja, o texto bíblico deve ser interpretado. Não basta ler a Bíblia. É preciso interpretá-la criteriosamente e a escola deve ensinar essa leitura crítica. Ao confrontar-se com a Guerra dos Camponeses e os movimentos fundamentalistas apocalípticos, Lutero escreve Catecismos como “um roteiro de interpretação da Bíblia”, uma espécie de “controle

exegético” (p. 113). Para Lutero e Calvino, a escola deve ser mantida pelo burgo para o bem-estar econômico e religioso da cidade. De sua experiência como padre confessor, Lutero convenceu-se que a família não tem condições objetivas de educar suas crianças para a vida civil e religiosa. A escola não complementa a educação do lar, pelo contrário, é o lar que deve complementar a educação escolar.

A distinção analítica proposta por Boto é inovadora ao distinguir a concepção pedagógica de Lutero pensada para cidades da Alemanha ainda não unificada e a de Calvino proposta em dois países consolidados, a França e a Suíça. O estado cria a escola ou a escola cria o Estado? Refletir dialeticamente sobre a simultânea gênese do estado e da escola moderna, fortalece a pedagogia no enfrentamento das difamações de fundamentalistas, adeptos da homeschooling e criacionistas contra a escola pública laica.

Pesquisas futuras podem aperfeiçoar essa distinção e demonstrar a afinidade eletiva entre a ética do trabalho e o ascetismo calvinista com a teologia da prosperidade, de um lado e, de outro, a ética antropológica luterana e a ética político-pedagógica de La Salle que, cada uma a seu modo, justificam a afinidade da antropologia cristã com a laicidade da escola pública, universal e obrigatória, por isso gratuita e mantida pelo Estado. A liturgia escolar, dialeticamente, segundo Boto, se sujeita “à lógica e ao controle da Igreja” mas, contraditoriamente, realiza “um movimento que tende à secularização” (p. 291). Essa dialética proposta por Boto entre a pedagogia cristã do século XVI e XVII e a secularização da educação pública do século XIX e XX é uma decorrência pedagógica promissora da tese de Max Weber de afinidade eletiva entre o protestantismo e o capitalismo.

Três problemas pontuais

Boto afirma que a Escola Cristã “se aproximava da proposta luterana e calvinista, tanto em seu ideal quanto no seu resultado” (p. 255). Essa suspeita se fortalece com a

informação de que o método de ensino simultâneo adotado e aperfeiçoado por La Salle, foi elaborado em 1582 pela Universidade de Leiden, calvinista (p. 119). A aproximação entre esses pensadores cristãos parece inovadora, no entanto, é tarefa hermenêutica complexa pelas divergências e contradições entre eles.

Para Boto, o *Guia das Escolas Cristãs* foi “redigido por La Salle” (p. 257). O prefácio da primeira edição impressa em 1720 informa que a redação envolveu “numerosas trocas de ideias entre os Irmãos mais antigos deste Instituto e os mais aptos em dar aula” (GE 0, 0, 2).

A autora parece não diferenciar Escola Cristã e Escola de Caridade (p. 251, p. 280), tal diferença aparece na citação do Irmão Justo (p. 256). Escola Cristã é gratuita e por isso se opõe às escolas pagas da Corporação dos Mestres Calígrafos. As Escolas de Caridade mantidas pelas Paróquias matriculavam apenas alunos mediante o atestado de pobreza emitido pela administração real. As Escolas Cristãs não observam essa norma e La Salle não aceitava também o fato de as Escolas de Caridade utilizarem o trabalho infantil de seus alunos para se autofinanciar, conforme determinação do Chantre de Notre-Dame, membro da hierarquia eclesiástica vinculado à Corte de Luis XIV para administrar as Escolas de Caridade.

Referências

La Salle, J. B. (2012). *Guia das escolas cristãs*. Canoas: UnilaSalle.

Acerca do Autor da Resenha

Evaldo Luis Pauly


Doutor em Educação pela UFRGS (2000). Mestre (1993) e Bacharel em Teologia (1985) pela Faculdades EST de São Leopoldo/RS, na qual foi docente do PPG e da graduação em Teologia (2000-2005). Atualmente é docente do PPG em Educação da Universidade La Salle de Canoas/RS, que coordenou de 2007 a 2016. Coordenou o Fórum Sul de Coordenadores (FORPRED/Sul) da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) de 2014 a 2015. Editor-Chefe da Revista Diálogo (ISSN 2238-9024) de 2017 a 2018. Lidera o Grupo de Pesquisa Temáticas Lassalistas que analisa contribuições de São João Batista de La Salle à pedagogia tradicional, à educação elementar gratuita e universal e à educação popular. Tem experiência na área de Política Educacional; hermenêutica da legislação educacional brasileira; Educação e Direitos Humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente; Ensino Religioso.

<http://orcid.org/0000-0002-7139-2027>

<http://lattes.cnpq.br/7187415721002122>

Education Review  **Reseñas Educativas**
Resenhas Educativas



 *Education Review/Reseñas Educativas/Resenhas Educativas* is supported by the Scholarly Communications Group at the Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University. Copyright is retained by the first or sole author, who grants right of first publication to the *Education Review*. Readers are free to copy, display, and distribute this article, as long as the work is attributed to the author(s) and *Education Review*, it is distributed for non-commercial purposes only, and no alteration or transformation is made in the work. More details of this Creative Commons license are available at <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/3.0/>. All other uses must be approved by the author(s) or *Education Review*. *Education Review* is published by the Scholarly Communications Group of the Mary Lou Fulton Teachers College, Arizona State University.

Disclaimer: The views or opinions presented in book reviews are solely those of the author(s) and do not necessarily represent those of *Education Review*.

Connect with *Education Review* on Facebook (<https://www.facebook.com/pages/Education-Review/178358222192644>) and on Twitter @EducReview